

LUZ DE DENTRO: TRABALHO EMPÍRICO E TEORIA DE PROJETO

LIGHT FROM WITHIN: EMPIRIC WORK AND PROJECT THEORY

LUZ DESDE DENTRO: TABAJO EMPÍRICO Y TEORIA DE PROYETOS

Lizete Maria Rubano, Doutora em Arquitetura, Universidade Presbiteriana Mackenzie
 E-mail: lmrubano@gmail.com

Antonio Aparecido Fabiano Junior, Mestre em Arquitetura, Universidade Presbiteriana Mackenzie
 E-mail: antoniofabianojr@gmail.com

Resumo

Este artigo, relato crítico de uma experiência do escritório modelo Mosaico¹, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, tem como perspectiva o desenho e a construção de metodologia de projeto a partir de uma experiência que coloca em discussão hipóteses projetuais – urbanas e arquitetônicas – voltadas à habitação. Essas hipóteses foram construídas tendo por base os processos de aproximação ao território de estudo (Zona Especial de Interesse Social Zeis nos Campos Elíseos) e as suas camadas sociais (tempo de ocupação, modo de vida, uso do espaço público, participação institucional), aproximação essa inscrita em uma lógica ampliada (habitação no centro, disputa pelo território urbano, marco regulatório, legislação urbanística) preenchida por circunstâncias e especificidades locais. Associada a uma equipe transdisciplinar – constituindo o Fórum Aberto Mundaréu da Luz² –, essa experiência permitiu pensar a dimensão do projeto a partir de sua possibilidade emancipatória, como instrumento de luta social, para a população moradora do bairro e para a formação profissional dos estudantes, considerando a condição de urgência posta pela disputa de nossos territórios urbanos, na proposição de explorar o

1 O Mosaico, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (Emau), da FAU Mackenzie, é um projeto desenvolvido pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), implantado por alunos há 14 anos, cujo principal objetivo é trabalhar em parceria com a sociedade civil no assessoramento de demandas sociais, arquitetônicas e urbanísticas de comunidades organizadas, sendo instrumento importante para a formação acadêmica, profissional e social dos envolvidos (FENE, 2006).

2 Em maio de 2017 diversos grupos e instituições que atuam nos Campos Elíseos constituíram o Fórum Aberto Mundaréu da Luz (agenciado essencialmente pelo LabCidade da FAUUSP), a fim de produzir o projeto, ainda em curso, a partir da observação, escuta e participação efetiva da população local do bairro, com suas necessidades e desejos, de forma transdisciplinar – multi e interdisciplinar. Dentre esses grupos encontram-se: Ação da Cidadania, Centro de Convivência É de Lei, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Companhia de Teatro Mungunzá, Companhia de Teatro Pessoal do Farol, A Craco Resiste, Defensoria Pública de São Paulo, Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem), Habitação e Urbanismo (Nehaburb), Cidadania e Direitos Humanos (NECDH), Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (Nediped), Frente de Luta por Moradia (FLM), Frente Estadual de Luta Antimanicomial (Feasp-SP), Goma Oficina, Instituto de Arquitetos do Brasil/São Paulo (IAB-SP), Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas (INNPD), Instituto Pólis, Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade/FAUUSP (LabCidade), Laboratório Justiça Territorial/UFABC (LabJUT), Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social/Mackenzie (LEV), moradores e comerciantes das quadras 36, 37 e 38 do bairro Campos Elíseos, Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Mackenzie (Mosaico), Movimento Integra, Observatório de Remoções, A Próxima Companhia de Teatro, Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep), Sã Consciência, União dos Movimentos de Moradia (UMM).

papel da Universidade como ferramenta de formação, reflexão e proposição de alternativas a busca da constituição da cidadania.

Palavras-chave: Possibilidade emancipatória do projeto; Transdisciplinaridade; Metodologia de Projeto; Desigualdades socioespaciais; Articulações por agentes da resistência.

Abstract

This paper, a critical account of an Mosaico's experience ³ – model office of the Mackenzie Architecture and Urbanism's Faculty -, has an intent to construct a project's methodology from an experience that brings into discussion design hypotheses – urban and architectural – housing-oriented. These hypotheses were constructed based on processes of approximation to the study territory (Campos Elíseos' ZEIS) and its social layers (occupation time, way of life, use of public space, institutional participation), which approach is inscribed in a broader logic (housing in the center area, dispute over urban territory, regulatory framework, urban legislation) fulfilled by local circumstances and specificities. Associated with a transdisciplinary team – constituting the Mundaréu da Luz Open Forum⁴ – this experience allowed us to think about the dimension of the project from its emancipatory possibility, as an instrument of social struggle, for the population living in the neighborhood and for vocational training of students, considering the urgency condition posed by the dispute of our urban territories, in the proposition of exploring the role of the University as a formation's tool, reflection and proposition of alternatives in the search for the constitution of citizenship.

Keywords: Emancipatory possibility of the project; Transdisciplinarity; Project methodology; Socio-spatial inequalities; Joins by resistance agents.

³ The Mosaic, Model Office of Architecture and Urbanism (Emau), FAU Mackenzie, is a project developed by the National Federation of Students of Architecture and Urbanism (FeNEA), implemented by students for 14 years, whose main objective is to work in partnership with society. Advising social, architectural and urban demands of organized communities, being an important instrument for the academic, professional and social formation of those involved (FENEA, 2006).

⁴ In May 2017, several groups and institutions operating in the Campos Elíseos formed the Mundaréu da Luz Open Forum (mainly organized by FAUUSP LabCidade), in order to produce a project, still on going, based on observation, listening and participation of the local population of the neighborhood, with their needs and desires, in a transdisciplinary – multi and interdisciplinary way. These groups include: Ação da Cidadania, Centro de Convivência É de Lei, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Companhia de Teatro Mungunzá, Companhia de Teatro Pessoal do Faroeiro, A Craco Resiste, Defensoria Pública de São Paulo, Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem), Habitação e Urbanismo (Nehaburb), Cidadania e Direitos Humanos (NECDH), Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (Nediped), Frente de Luta por Moradia (FLM), Frente Estadual de Luta Antimanicomial (Feasp-SP), Goma Oficina, Instituto de Arquitetos do Brasil/São Paulo (IAB-SP), Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas (INNPD), Instituto Pólis, Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade/FAUUSP (LabCidade), Laboratório Justiça Territorial/UFABC (LabJUT), Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social/Mackenzie (LEV), moradores e comerciantes das quadras 36, 37 e 38 do bairro Campos Elíseos, Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Mackenzie (Mosaico), Movimento Integra, Observatório de Remoções, A Próxima Companhia de Teatro, Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep), Sã Consciência, União dos Movimentos de Moradia (UMM).

Resumen

Este artículo, un recuento crítico de una experiencia de la oficina modelo Mosaico ⁵ de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de Mackenzie, tiene como perspectiva el diseño y la construcción de la metodología del proyecto a partir de una experiencia que pone en discusión las hipótesis de diseño: urbano y arquitectónico – orientado a la vivienda. Estas hipótesis se construyeron en base a procesos de aproximación al territorio de estudio (ZEIS en los Campos Elíseos) y sus capas sociales (tiempo de ocupación, forma de vida, uso del espacio público, participación institucional), cuyo enfoque está inscrito en una lógica más amplia. (vivienda en el centro, disputa sobre territorio urbano, marco regulatorio, legislación urbana) cumplida por las circunstancias y especificidades locales. Asociada con un equipo transdisciplinario, que constituye el Foro Abierto Mundaréu da Luz⁶, esta experiencia nos permitió pensar en la dimensión del proyecto desde su posibilidad emancipadora, como instrumento de lucha social, para la población que vive en el vecindario y para la formación profesional de estudiantes, considerando la condición de urgencia planteada por la disputa de nuestros territorios urbanos, en la propuesta de explorar el papel de la Universidad como herramienta de formación, reflexión y propuesta de alternativas en la búsqueda de la constitución de la ciudadanía.

Palabras Clave: Posibilidad emancipadora del proyecto; Transdisciplinariedad; Metodología del proyecto; Desigualdades socioespaciales; Articulaciones por agentes de resistencia.

⁵ El Mosaico, Oficina Modelo de Arquitectura y Urbanismo (Emau), FAU Mackenzie, es un proyecto desarrollado por la Federación Nacional de Estudiantes de Arquitectura y Urbanismo (FeNEA), implementado por estudiantes durante 14 años, cuyo objetivo principal es trabajar en sociedad con la sociedad. Asesorar las demandas sociales, arquitectónicas y urbanas de las comunidades organizadas, siendo un instrumento importante para la formación académica, profesional y social de los involucrados (FENEAE, 2006).

⁶ En mayo de 2017, varios grupos e instituciones que operan en los Campos Elíseos formaron el Foro Abierto Mundaréu da Luz (organizado principalmente por FAUUSP LabCidade), con el fin de producir un proyecto, aún en curso, basado en la observación, la escucha y la participación de la población local del barrio, con sus necesidades y deseos, de una manera transdisciplinaria – multi e interdisciplinaria. Estos grupos incluyen: Ação da Cidadania, Centro de Convivência É de Lei, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Companhia de Teatro Mungunzá, Companhia de Teatro Pessoal do Faroeiro, A Craco Resiste, Defensoria Pública de São Paulo, Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem), Habitação e Urbanismo (Nehaburb), Cidadania e Direitos Humanos (NECDH), Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência (Nediped), Frente de Luta por Moradia (FLM), Frente Estadual de Luta Antimanicomial (Feasp-SP), Goma Oficina, Instituto de Arquitetos do Brasil/São Paulo (IAB-SP), Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas (INNPD), Instituto Pólis, Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade/FAUUSP (LabCidade), Laboratório Justiça Territorial/UFABC (LabJUT), Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social/Mackenzie (LEVVS), moradores e comerciantes das quadras 36, 37 e 38 do bairro Campos Elíseos, Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Mackenzie (Mosaico), Movimento Integra, Observatório de Remoções, A Próxima Companhia de Teatro, Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep), Sã Consciência, União dos Movimentos de Moradia (UMM).

O SENTIDO DO PROJETO: UMA CONSTRUÇÃO

A construção do sentido – ou de um outro sentido – do projeto urbano e de arquitetura passa, nos parece, pelo entendimento de seu papel para além das lógicas hegemônicas a que têm servido historicamente.

Se o projeto e o plano são mecanismos operantes que efetivam materialmente o mundo (TAFURI, 1985), quando podem ser – já que expressão de lógicas sociais – ações emancipatórias a essas próprias lógicas? Como fazer desse instrumento uma possibilidade de apoio às alternativas voltadas à cidade da vida?

A experiência do Fórum Mundaréu da Luz e, mais especificamente, a do Escritório Modelo Mosaico da FAU-Mackenzie aqui relatada pretende colocar em discussão outras possibilidades ao projeto, considerando processos a que está submetido, outras possibilidades aos elementos constitutivos da disciplina, às maneiras de se aproximar e de reconhecer realidades, o fazer junto (participação e transdisciplinaridade), ainda que cada agente contribua de maneira própria com seu repertório e instrumental.

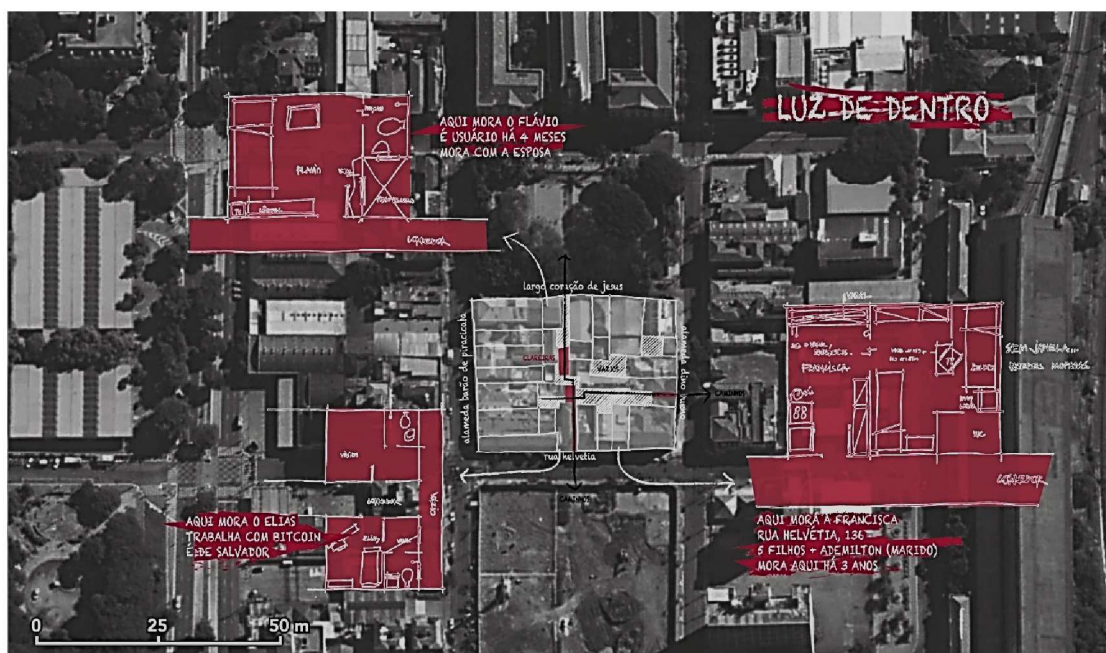


Figura 1: Produzida pelo Emau Mosaico, 2017.



Figura 2: Instituto Pólis + LabCidade (observatório) + Emau Mosaico, 2017.

O MUNDO URBANO NO BRASIL É DESIGUAL: A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA VIA “REQUALIFICAÇÃO / REATIVAÇÃO DA LUZ / CAMPOS ELÍSEOS”

Na disputa pela localização no mundo urbano há violência, expulsão, judicialização, matéria de jornal. E há políticas públicas na realidade brasileira, muitas vezes contrárias à universalização do acesso e do direito à vida nas cidades.

Em torno dessa mercadoria (localização) – produzida coletivamente, mas não reprodutível e, por isso, nunca igual (VILLAÇA, 2001) – gira a disputa pelas áreas da cidade.

Estamos aqui tratando da disputa pelos recursos, “os recursos disponíveis à vida na cidade, que estão sempre sendo disputados entre os usos econômicos e os usos sociais. Como os recursos são os mesmos, a disputa é grande, a não ser que se produzam novos” (SANTOS, 1999, p. 15-26).

A disputa pelo território urbano, por meio da propriedade privada da terra, sua valorização e pelos interesses de mercado, é fato declarado e constante nas lógicas das cidades e, essencialmente, nas desiguais cidades brasileiras.

A arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas (SANTOS, 2006, p. 207).

Campos Elíseos/Luz, bairros da região central da cidade de São Paulo, abrigam uma população que vive em situação de extrema precariedade e vulnerabilidade. Algumas das possíveis perguntas que surgem quando se estuda essa área são: de que modo esses bairros, que compõem um dos maiores IDHs distritais, abrigam esse tipo de informalidade e vulnerabilidade? Quais são os entraves que contradizem os números?

A tentativa de resposta às questões colocadas baseia-se numa série de acontecimentos ao longo do tempo, permeados por diversos aspectos estruturais, como a guerra às drogas, a violência nas periferias, a territorialização do tráfico, o abandono do centro, entre outros. Há muitos anos vivem ali famílias de baixa renda e pessoas em situação de rua; mais um caso típico de centro histórico configurado como manifestação de uma *nova periferia*, cuja situação só foi possível porque o centro acabou por ser “abandonado” pelo Estado, que acompanhou o deslocamento das elites e da cidade do negócio para o quadrante sudoeste da cidade, levando consigo os principais investimentos econômicos e de infraestrutura (VILLAÇA, 2011).

Algumas áreas do centro histórico, por isso, continuaram a ser habitadas pela população pobre, pelo desinteresse do Estado e do mercado, que ali construiu suas possibilidades de vida, pelas condições formais e informais que o próprio território permitia: há a facilidade de acesso ao transporte público; oferta de equipamentos de saúde, transporte, educação, cultura e lazer; proximidade e possibilidade de relações de trabalho formal e informal; presença de infraestruturas urbanas, aglomeração e densidade para experiências de solidariedade e alternativas de sobrevivência.

Os direitos na cidade se apresentam em áreas centrais, o que não se constitui é a cidade como direito para todos, pois se sabe que essas características acabam por ser atraentes – em algum momento – também para o mercado e para o Estado, que, por meio do processo da chamada *degradação urbana*, tornam o espaço uma moeda de reprodução do capital, qualificando-o para, posteriormente, atuar de forma violenta e predatória.

Campos Elíseos/Luz representam, hoje, uma das áreas mais violentas do centro histórico da cidade de São Paulo, onde todos os tipos de conflitos se dão, onde inúmeros processos gentrificadores aconteceram e acontecem, onde há ações desmedidamente truculentas desencadeadas pelos aparatos de Estado e onde habita uma população de enorme fragilidade econômica e social. É nessa área que o trabalho de pesquisa e projeto se desenvolveu.

O MUNDO URBANO NO BRASIL É DESIGUAL: A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA VIA “REQUALIFICAÇÃO / REATIVAÇÃO DA LUZ / CAMPOS ELÍSEOS”

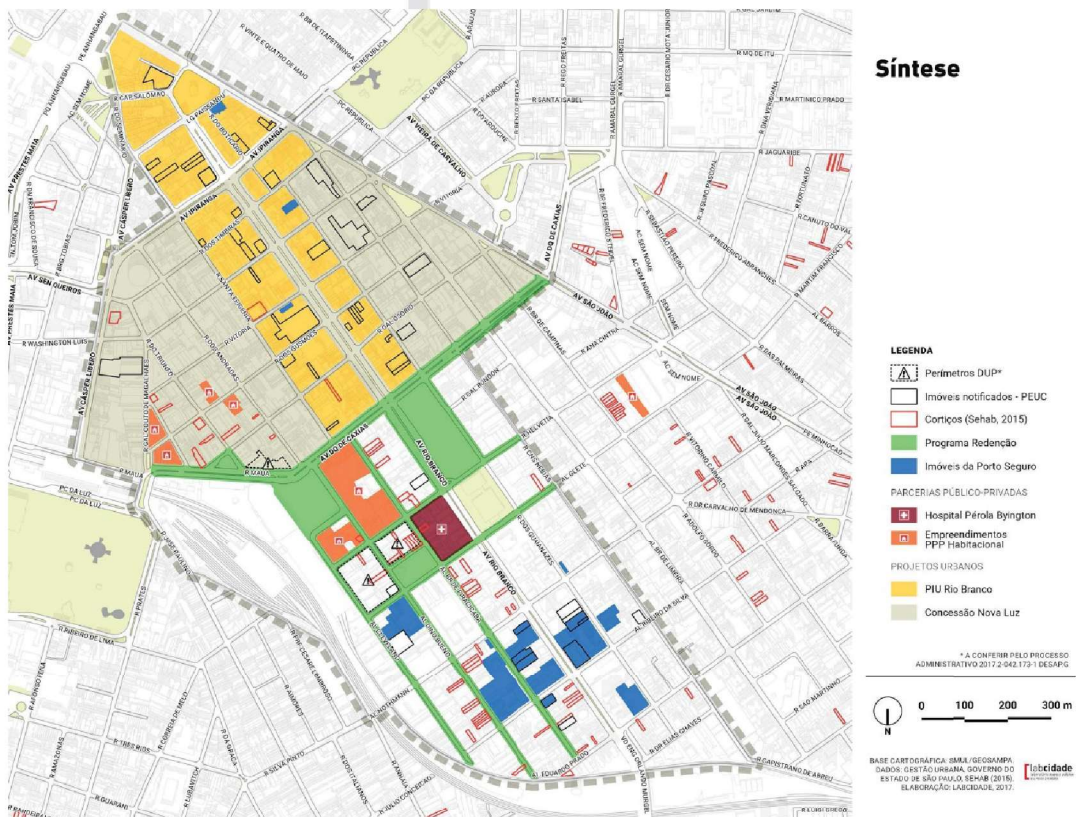


Figura 3: Elíseos e Luz. Em destaque com perímetro em vermelho, as Zeis, objeto desta pesquisa. Quadras 36, 37 e 38. Observatório das remoções, FAUUSP, LabCidade, 2017.

Adentrar os Campos Elíseos e, essencialmente, as três quadras centrais na nossa atuação (as Zonas Especiais de Interesse Social [Zeis] 36, 37 e 38, próximas ao Largo Coração de Jesus) permitiu-nos descobrir algumas das dinâmicas sociais que preenchem aquele lugar, ainda que, por vezes, bastante invisibilizadas:

- Os aluguéis de cômodos na área variavam (na ocasião, 2018) de R\$ 400,00 a R\$ 700,00 mensais, em média.
- A população moradora conseguia um rendimento mensal de, no máximo, três salários mínimos (sendo que um terço dessa população obtém apenas um salário/mês).
- Os rendimentos mensais não são fixos, dado o caráter de trabalho informal que a maioria desempenha.
- O aluguel pode ser de um pequeno apartamento de um quarto ou apenas de uma cama, por hora, dia, semana ou mês.
- São muitos e diversos os arranjos “familiares” e sociais, os agrupamentos de pessoas morando juntas.
- Ali a moradia não é apenas transitória: há pessoas que vivem na área, em média, por seis anos (mas há, também, os que moram há 20 ou até há 30 anos).

Algumas pessoas (hoje lideranças sociais) nasceram e viveram por toda a vida em área central.

- As crianças estão matriculadas nas escolas da região; há oportunidades de emprego e renda claramente colocadas pelo fato de se tratar de área central (aglomeração e intensidade).
- O espaço da casa também é, muitas vezes, o do trabalho: cozinham-se marmitas para venda, consertam-se objetos, vendem-se passagens de ônibus intermunicipais etc.
- A área central é alternativa aos territórios periféricos, destino quase sempre determinado e certo da população pobre.

(Todas as informações e os dados foram obtidos a partir do documento “Campos Elíseos Vivo”, produzido pelo Fórum Mundaréu da Luz em abril de 2018).

Esse processo constituído no tempo – de vida e apropriação pelos mais pobres no bairro – também foi acompanhado por diversas ações e políticas de Estado que colocaram (e colocam), ao território, uma perspectiva de valorização que se anuncia na substituição de pessoas e de estruturas físicas que se apresentam como “frágeis, degradadas e obsoletas”: o final dos anos 1990 e o início dos 2000 marcaram a realização de um eixo cultural – reestruturação da Pinacoteca, da Estação Pinacoteca, construção da Sala São Paulo – que introduziria a esperada “transformação urbana”, sempre dentro da perspectiva de uma “Nova Luz” que deixaria a velha para trás. Essa “Nova Luz” ativaria um lugar “feio” – ocupado por botecos e hotéis decadentes que abrigavam originalmente os cafeicultores e, agora, a prostituição; edifícios históricos abandonados à própria sorte; pensões; ocupações pelos movimentos sociais –, transformando-o.

Pensar sobre essas relações entre cultura, intervenção urbana e política pública [...] significa lidar com o enfrentamento de dois mundos cravados num só: aquele dos que têm presença, visibilidade, fala, imagem e forma; e o mundo da ausência, do alheamento, dos não-dizeres [...] (PALAMIN *apud* KARA-JOSÉ, 2007, p. 16).

Radicalizando essa “Nova Luz”, agora em projeto aprovado pela Câmara em 2005, surgiu a parceria Estado-iniciativa privada e a utilização de instrumentos urbanísticos e fiscais os mais variados (Operação Urbana Centro, AIU-03, Zeis 3), propondo, inicialmente, um “loteamento” da área – diga-se de passagem, já ocupada – com programas voltados a um polo tecnológico (lei e uma regulamentação estabelecendo incentivos fiscais para a instalação de empresas de tecnologia e outros serviços na região), projeto regido por um decreto declarado de utilidade pública algumas áreas passíveis de desapropriação.

Estabelecendo, compulsoriamente, a concessão urbanística, o projeto “Nova Luz” acabou por ser inviabilizado pela Fazenda Pública, que concedeu liminar em ação, sendo um dos argumentos o fato de o prefeito da cidade não ter promovido audiência com os moradores que seriam atingidos pelo projeto. Entretanto, a área continuou sofrendo ações que revelaram a invisibilidade em que é posta a população que vive seu cotidiano nesses bairros.

Uma intervenção violenta na área, o poder local, que atinge mais diretamente o território, radicalizando uma intervenção não mais travestida de projeto, desencadeou, em 21 de maio de 2017, uma ação de demolição e remoção na região de Campos Elíseos, nas quadras que são consideradas Zeis, ferindo moradores e destruindo áreas habitadas.

O argumento dessas ações violentas foi construído – indevidamente, é claro – considerando o que essa área tem de mais difícil e mais frágil, que é a cena aberta do *crack* e, nela, os espaços públicos que são compartilhados entre o consumo de drogas e as atividades do cotidiano.

Embrenhados nessa realidade estão mães maranhenses com seus meninos, mulheres que cozinham e vivem da venda de marmitas, administradoras de hotéis cujos donos estão bem longe dali, idosos que vivem sós, pessoas que passaram por experiências de encarceramento, usuários de *crack*. Reconhecer essa gente significa associar o estado de abandono de um lugar pelo poder público e pela iniciativa privada à possibilidade de as pessoas empobrecidas, deslocadas do mundo do trabalho formal, encontrarem nesse território suas possibilidades de vida. Essa relação se faz de maneira recorrente nas cidades: acentua-se a precariedade material quando se acentua a social.

Do polo cultural, com equipamentos de exceção, passando pelo centro de tecnologia avançada e pela concessão urbanística, pela demolição e pelo desmonte, chega, na primeira década dos anos 2000, a política “habitacional” – que parece, inicialmente, reconhecer também o bairro da Luz como o lugar de moradia e de vida da população pobre – lançada pelo governo do Estado; surge a Parceria Público-Privada (PPP), da Agência Casa Paulista.

O primeiro sorteio (das unidades habitacionais da PPP) foi realizado em 5 de setembro de 2017, com 601 apartamentos, dentre os 190 mil inscritos entre janeiro de 2016 e julho de 2017. [...] Os inscritos devem ter ao menos um dos membros da família trabalhando na área central, renda familiar bruta mensal de R\$ 1.108,38 a R\$ 5.724,00 e nunca terem possuído imóvel próprio ou financiado. Também não podem ter sido atendidos por programas habitacionais públicos anteriormente. Todos os 190 mil inscritos concorrem. [...] Conforme as regras previstas em edital, serão destinadas 80% das unidades para inscritos que moram fora da área central e 20% para interessados que moram na região central. A intenção do Governo é entregar até o fim deste ano 914 unidades habitacionais do Complexo Júlio Prestes. [...] No total, o Complexo compreende oito torres residenciais, com 1.130 moradias de interesse social e outras 72 unidades de mercado popular (SECRETARIA DA HABITAÇÃO DA PMSP, 2018).

Entretanto, como era de se imaginar, a PPP não representou uma alternativa para a população já moradora das quadras Zeis de Campos Elíseos/Luz. Ninguém dali foi sorteado.

CARTOGRAFAR

O que segue é a apresentação de um método que, mais do que desenhar o lugar de habitabilidade como direito, propõe a contestação e luta, no momento em que amplifica e entende as contradições social e econômica como sujeitos que sofrem na pele violências cotidianas constantes. Na medida em que reconhece na arquitetura parte intrínseca e indissociável da cidade, aposta em seu ato como instrumento privilegiado de discussão capaz de constituir uma possível hipótese factível de dar forma ao mundo para todo mundo. Para tanto se estrutura em ações: desenhar, conversar, adentrar foram artifícios para a criação de laços e relações sociais, na busca por uma construção coletiva.

ESTAÇÃO 1: DESENHAR

Papel *craft* (rolo) com perfil (*skyline*) das fachadas da quadra frontal ao Largo Coração de Jesus.

Ao longo do período, esse *skyline* vai sendo preenchido com as fachadas de cada edificação.

Por sobre esse registro gráfico vamos acrescentando percepções dadas pelo uso (Grupo Mosaico) e pelas pessoas que passarem e quiserem inserir (com desenhos, pinceladas, recortes de revistas, faixas de cor etc.).

Grupo: *urban sketchers* + André Marques + professores e estudantes Faumack (Emau Mosaico) + Instituto Pólis.

Material: rolo *craft*/grafite 6b/magicolor/pincel/rolinho de tinta/tinta guache/revistas.

Período: 10h30 – 12h30.



Figura 4a: Lizete Maria Rubano + Emau Mosaico, 2017.



Figura 4b: Lizete Maria Rubano + Emau Mosaico, 2017.

ESTAÇÃO 2: CONVERSAR

Mesas + cadeiras + cobertura.

Cartõezinhos/convite: cada um vai ter uma imagem/elevação das edificações da quadra com endereço (rua e número).

Atrás, um pequeno texto contando o que é o mutirão de desenho e desejos.

Grupo: LabCidade (observatório) + IAB + Instituto Pólis + professores e estudantes da Faumack.

Material: cartões/convite.

Período: 10h – 16h.



Figura 5: Instituto Pólis, 2017.



Figura 6: Convites para o mutirão "desenhos e desejos". Emau Mosaico, 2017.

ESTAÇÃO 3: ADENTRAR

Três grupos de duas pessoas percorrem a quadra para desenhar esquinas, uso das ruas, ambientação urbana.

Três grupos de duas pessoas percorrem a quadra com a perspectiva de adentrar (comércio, habitações, pensões, quartos) e desenhar detalhes /conversar.

Grupo: LabCidade (observatório) + IAB + Instituto Pólis + professores e estudantes da Faumack.

Material: blocos grandes para desenhos externos (ruas, praças, esquinas) + kit desenho (bolsinha com blocos pequenos de sulfite + hidrográficas + grafite 4b/6b).

Período: 10h30 – 15h30 (a combinar, cada desenho terá: nome da rua/número/nome do morador/tempo de moradia/ trabalho/ atividades de rotina no bairro).



Figura 7: Instituto Pólis e Emau Mosaico, 2017.

Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa, representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis.

A cartografia, nesse caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros (ROLNIK, 1989, p. 15-16).

As quadras que se defrontam com o Largo Coração de Jesus são do século XIX, têm edifícios ecléticos, alguns tombados, e pensões, várias reformadas e administradas cuidadosamente por mulheres. Também existem pensões bem precárias, com trincas e vazamentos, alguns edifícios pegaram fogo (casa de dona Laide, ícone do Programa de Braços Abertos) e outros estão sem uso, esvaziados.

Todos, entretanto, conformam a quadra – unidade urbana de referência (PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 2013) –, que marca e é marcada pelo período em que a cidade se fez ali. São quadras com edifícios geminados, sem recuo (que só vai aparecer com a Lei nº 7.805, de 1972 e que dispõe sobre Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município).

DE FORA E DE LONGE

Identificar essa construção da quadra e os arranjos encontrados, a partir dos edifícios geminados, foi fundamental para que se estabelecessem as condições primeiras de reconhecimento de que o pressuposto da geminação gerava – diferentemente das quadras do bairro de Moema, por exemplo – blocos construídos que, mesmo não sendo o que Berlage pressupunha para Amsterdã Sul⁷, acabaram por representar uma situação contrária à “dissolução da forma”.

⁷ A ideia da construção do bloco foi amplamente defendida por Berlage quando de sua explanação da proposta de expansão para Amsterdã Sul, em 1915: o bloco contrapunha-se às construções isoladas e garantiria, junto às quadras e ruas, uma definição de espaço urbano como reação à degeneração da forma que se dava com as construções pensadas individualmente, no lote (GRINBERG, 1982).



Figura 8: Emau Mosaico, 2017.

Olhar por fora também é reconhecer conteúdos. Uma de nossas aproximações (que foram acontecendo simultaneamente) foi a do reconhecimento das estruturas físicas, quase que residuais, das quadras conformadas por patrimônio histórico, galpões e pequenas pensões. Havia edifícios ajustados, adaptados e subdivididos em quartos, carcaças de incêndios de anos anteriores, comércios cotidianos, quase todos habitados.

Lado a lado, os pequenos edifícios demandavam que fossem resolvidos ventilação e insolação, espaços livres e circulações, coberturas utilizáveis e aberturas.

Nem sempre foi possível adentrar para conversar mais com os moradores ou para identificar condições de habitabilidade. Mas, ainda assim, registramos as marcas de quem habita.



Figura 9: Emau Mosaico e É de lei, 2017.

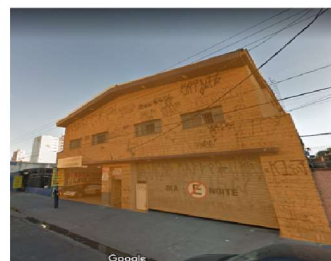
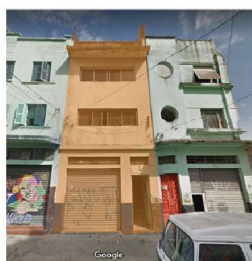
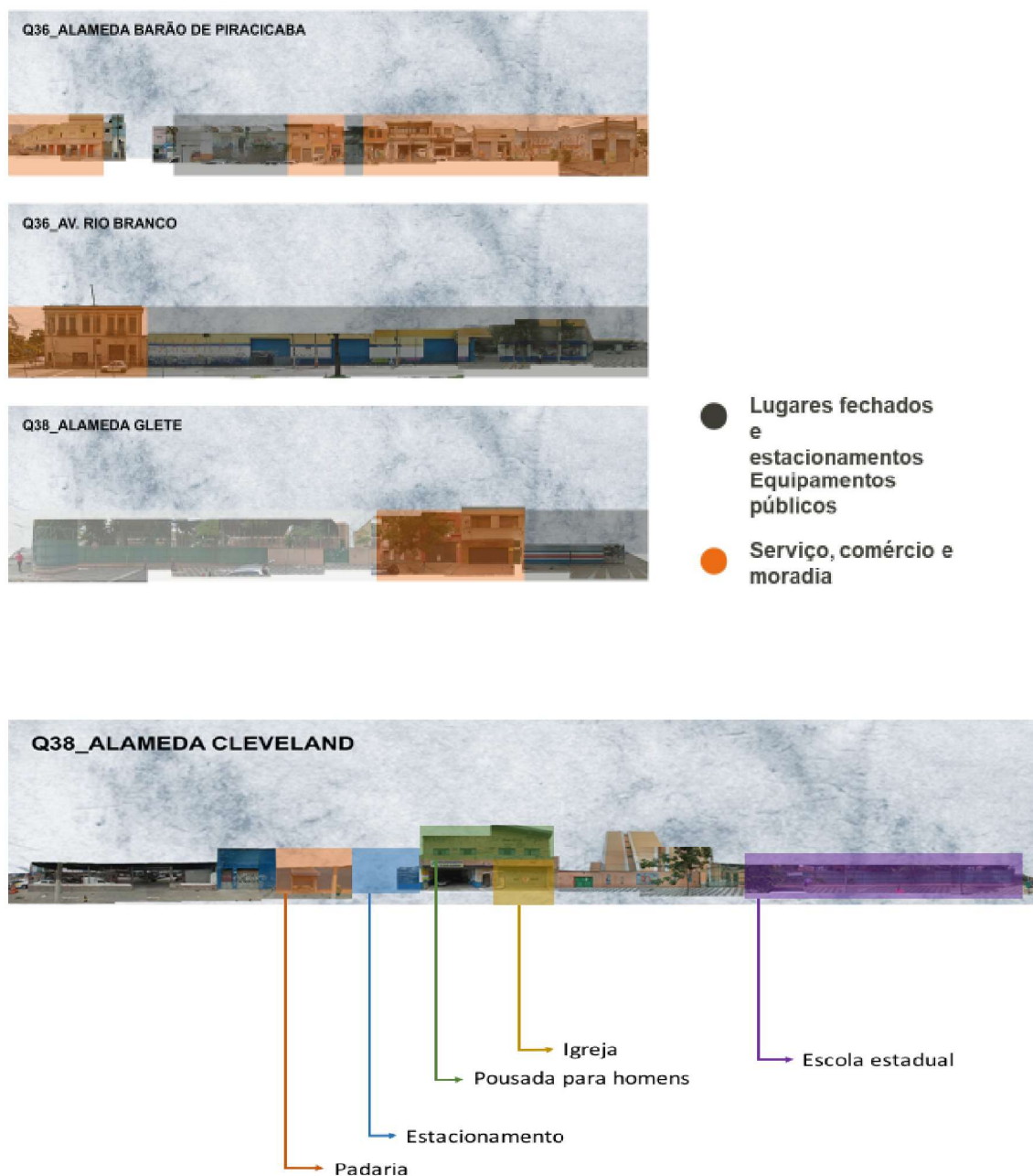


Figura 10: Levantamentos de campo – Emau Mosaico.



*O que não está marcado se encontra igual.

Figura 11: Levantamento de campo – Emau Mosaico, 2017.

Lado a lado, os pequenos edifícios/pensões, quando adentrados, revelaram, também, as maneiras de ocupar e de se viver: os quartos coletivos com camas beliche, os cômodos com móveis delimitando o espaço, a ausência de janela, o fosso, o espaço de trabalho, o uso do corredor pelas crianças, do pátio como espaço gregário e dos terraços-coberturas.

DE DENTRO E DE PERTO

Adentrar as casas, a moradia, que podia ser a cama alugada por algumas noites, significou, novamente, cartografar.

Dessa vez, a cartografia passava pelos dados a serem registrados de maneira sistemática (número de pessoas, trabalho, renda, relação com o bairro...) e pela folha – quadriculada ou não – que recebia o croqui da casa.

A vida, que quase não se vê de fora, começou a ser registrada por duplas. Não era a foto que nos interessava, mas o desenho que podia captar, num curto espaço de tempo, como cada um preenchia seu espaço, vivia seu cotidiano.

E assim foi...



Figura 12: Emau Mosaico, 2017. O processo de adentrar envolveu a descoberta da história dos moradores e com isso um levantamento dos modos como se vive na região.

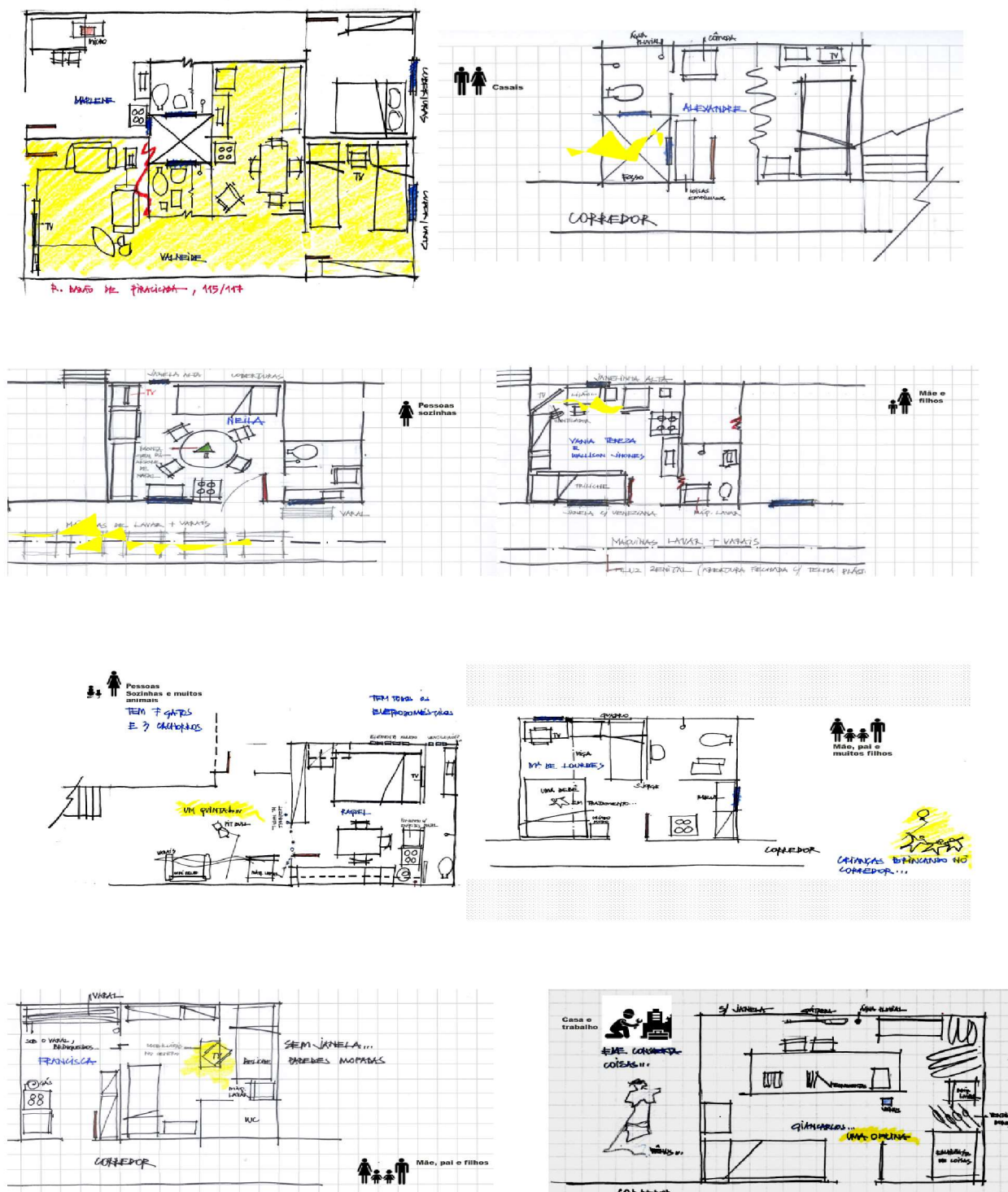


Figura 13: Croquis – levantamento de campo. Emau Mosaico. Desenhos de Lizete Maria Rubano, 2017.

Esses registros foram importantes para conduzir o processo de construção de uma ou mais possibilidades de projeto para a área, para reconhecer ali os agenciamentos sociais e espaciais, as pistas que poderiam ser pontos de partida na valoração dos modos de vida, na construção simbólica do habitar, nas efetivas necessidades e urgências de ajustes, no reconhecimento dos desejos que se manifestam e se expressam no espaço da casa, na vida cotidiana.

UMA MANEIRA DE PROJETAR OU, AINDA, O MÉTODO

Não se projeta nunca para, mas sempre contra alguém ou alguma coisa: contra a especulação imobiliária e as leis ou as autoridades que a protegem, contra a exploração do homem pelo homem, contra a mecanização da existência, contra a inércia do hábito e do costume, contra os tabus e a superstição, contra a agressão dos violentos, contra a adversidade das forças naturais; sobretudo, projeta-se contra a resignação ao imprevisível, ao acaso, à desordem, aos golpes cegos dos acontecimentos, ao destino. [...] É, portanto, impossível considerar a metodologia e a técnica do projetista como zonas de imunidade ideológica. A sua metodologia e a sua técnica são rigorosas porque ideologicamente intencionadas. A ideologia não é abstrata imagem de um futuro-catar-se, é a imagem do mundo que tentamos construir lutando: planejando não se planeja a vitória, mas o comportamento que nos propomos manter na luta (ARGAN, 2001, p. 53).

Cabe, ainda neste artigo, apresentar o método projetual que construímos nessa experiência Campos Elíseos/Luz.

Interessa-nos discutir e experimentar empiricamente o processo projetual, considerando a contribuição à população moradora na área e a formação de profissionais arquitetos e urbanistas comprometidos com seu papel social.

Pensa-se, assim, o projeto não como “um conjunto de símbolos com os quais tentamos fixar e comunicar nossa intenção arquitetônica” (GREGOTTI, 2004, p. 13), provido da particularidade de um ator da sociedade – o arquiteto –, como prega Gregotti, mas como função estratégica técnica, ética e estética vindoura, de grupos múltiplos movidos por ações diversas não subordinadas ao traço, mas aos desejos comuns, por meio da observação da vida como atividade cotidiana, no desejo de pensar a cidade como espaço múltiplo e infinito, livre e vivo, festivo e pulsante, como chamamento que incita a reflexão e a ação à procura de um mundo justo para todos.

“Como trabalhar com avanços na urgência?” foi a pergunta norteadora do desenvolvimento do projeto.

Colocou-se a necessidade de conceber outras formas de produção do espaço, a partir de tantas possibilidades de relações sociais e espaciais – as contraformas –, não como estratégia propositiva assertiva, mas como contraponto à mercantilização do espaço e da vida. “É porque perdemos o contato com a realidade coletiva dos homens – a forma – que não podemos fazer sua contraforma” (VAN EYCK, 2008).

Nenhum sistema de produção de pensamento é independente dos fatos do mundo e, ao se trabalhar com uma comunidade vulnerável – habitação precária, trabalho informal e dependência química, na escala de saúde pública –, em um local com lógicas de tempo e intervenções no espaço tão imprevisíveis, o processo ganha

destaque, uma vez que a ideia de produto final não existe. A lógica é outra quando se coloca como busca a proposição de espaços em suspensão em um mundo em queda. Visto que o projeto é tratado de maneira inalterável, tanto espacial quanto quantitativamente, pelos agentes envolvidos em uma Parceria Público-Privada (PPP), as etapas e o desenvolvimento de um trabalho que se construa de forma conjunta e atenda às demandas territoriais de uma população tão heterogênea não têm – como perspectiva – uma proposta fixa e imutável, mas a instrumentalização da comunidade na disputa diária pela permanência nas quadras e pelo direito à moradia digna e central.

A partir das aproximações a que nos reportamos anteriormente, elencamos condições motivantes do processo de projeto.

Em termos espaciais, foi gerada uma listagem de possibilidades encontradas nas quadras:

- Um conjunto expressivo e diferenciado como desenho urbano e arranjo tipológico proveniente dos edifícios geminados, resultado do tempo histórico de constituição do bairro.
- Existência de edificações de interesse histórico (com alguns exemplares tombados).
- Convívio de funções (áreas de trabalho, sociabilidade, usos coletivos como lavanderias, varais e comércios/serviços) nas unidades de habitação.
- As plantas de cada unidade se organizam de forma a abrigar, da melhor maneira, o maior número de demandas possível, articulando-se por meio de alguma divisão interna, feita principalmente por móveis, na busca pela construção de identidade nos pequenos espaços de habitação.
- A presença de fossos, pátios e terraços, quintais e soleiras como resposta à geminação das construções.
- Foram, assim, identificadas as *clareiras* como estruturas espaciais das quadras, que acabam por conformar, também, espaços de convívio, de estar e de uso coletivo.



Figura 14: Fosso, pátio, terraço, quintal e soleira. Emau Mosaico, 2017.

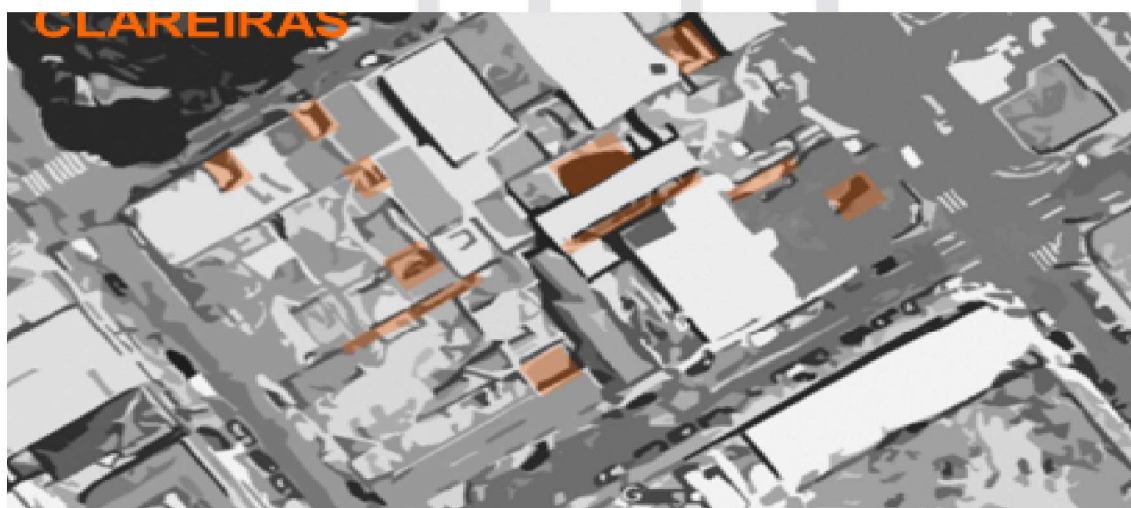


Figura 15: Clareiras das quadras de Campos Elíseos: fosso, pátio, terraço, quintal e soleira. Emau Mosaico, 2018.

O trabalho de projeto teve como característica intrínseca a possibilidade de constituir um sistema aberto, constantemente ampliável, de discussão e experimentação projetual conjunta, que se renovasse no processo de elaboração coletiva. Exercitou-se, assim, o experimento de uma metodologia presidida pelos fatos do cotidiano, alimentando a teoria acadêmica com a pressão da urgência e de solidariedades que, apesar de tudo, resistem. Desse modo, colocou-se a necessidade de conceber outras formas de produção do espaço, relações sociais e contraformas que se opõem à mercantilização do lugar e da vida, no desejo de pensar a cidade como chamamento que incita a reflexão e a ação à procura de constituição de cidadania.

O PROJETO

“Então tem qualidade onde a gente mora?”⁸

Sim, tem.

Nos levantamentos realizados, foram reconhecidas e identificadas cinco potencialidades pelas possíveis explorações de áreas vazias intersticiais: a soleira, o pátio, o terraço, o fosso e o quintal.



Figura 16: Fotomontagem das pistas de projeto identificadas no território e desenhos dos levantamentos. Emau Mosaico, 2018.

Chamamos de *pistas de projeto* o que encontramos adentrando os espaços das quadras. Nas *clareiras* – soleiras, pátios, terraços, fossos e quintais – foi possível identificar outros arranjos, para além das necessidades do morar.

As soleiras de uso comum nas pequenas cidades tramam uma relação franca com a rua, porque a casa é pequena, porque se oferece um comércio ou porque pode ser possível colocar um pequeno banco e relacionar o espaço das edificações com calçadas e ruas. Os pátios, áreas alargadas de luz, recebem as máquinas de lavar, as mesas feitas de vários objetos, os animais e as flores de plástico. Os terraços, quando em coberturas planas, possibilitam ver do alto, criar animais e plantas, além de sua função básica de área de secagem de roupa. Os fossos, ainda que dimensionados por lei, são os respiros e a luz; são as aberturas para os corredores longos. E os quintais, ainda que recriados nos corredores, são o espaço externo à casa, ocupados por cães vigias, máquinas e sofás velhos.

Ventilação e sol são viabilizados por vazios fundamentais na forma de fossos, pátios, terraços e quintais. Foram encaixadas na lista as soleiras, como linhas da interseção limite entre o público e o privado, usadas como espaço de transição e sociabilidade.

⁸ Pergunta feita por um morador em uma das reuniões de projeto realizadas na área.

As pistas de projeto revelaram-se de maneira intensa e específica. As pistas que identificamos são daquele lugar e de nenhum outro.

E como a questão não era valorar a precariedade, mas reinterpretar as possibilidades que se apresentavam ali, foi construída uma *hipótese de projeto*.

O trabalho destaca a utilização das clareiras de luz como uma rede de vazios, criada como um elo de amparo social em um programa de vida, transformando uma resolução técnica da arquitetura – térmico-solar – em cidade ou, ao menos, nesse primeiro momento, em espacialidade coletivizada.

Essa passou a ser a chave para o entendimento do morar em *Campos Elíseos/Luz: morar com luz*.

Assim, surge a ideia de ancorar o projeto nas cinco pistas encontradas no lugar. Na busca por respeito às dimensões do público e do privado, potencializam-se as clareiras com aberturas de pátios e quintais na cota térrea, e, em altura, em terraços e fossos, impulsionando usos comuns como estruturadores de espaços de convívio nos pavimentos superiores e coberturas. Acredita-se que esses vazios em rede possam criar novas conexões, circulações e usos urbanos ao longo do tempo de apropriação dos espaços.

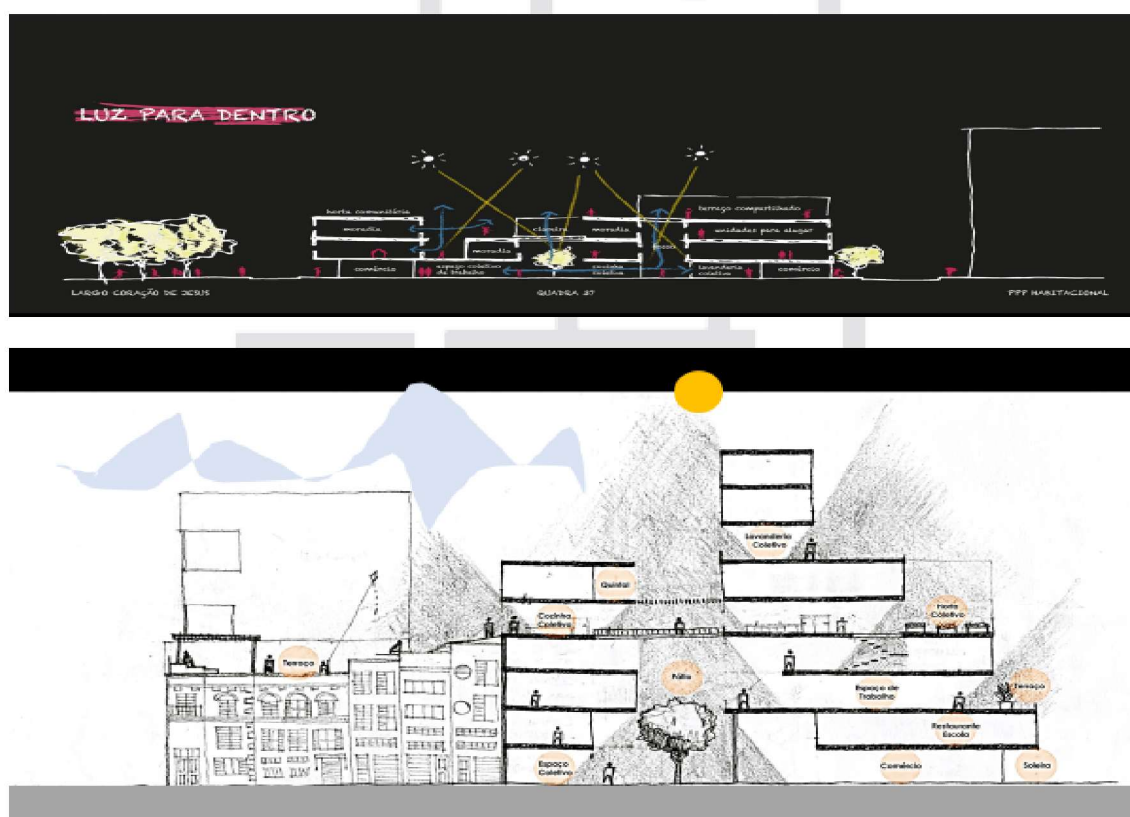


Figura 17: Estudos para novas densidades a partir das preexistências. Emau Mosaico, 2018.

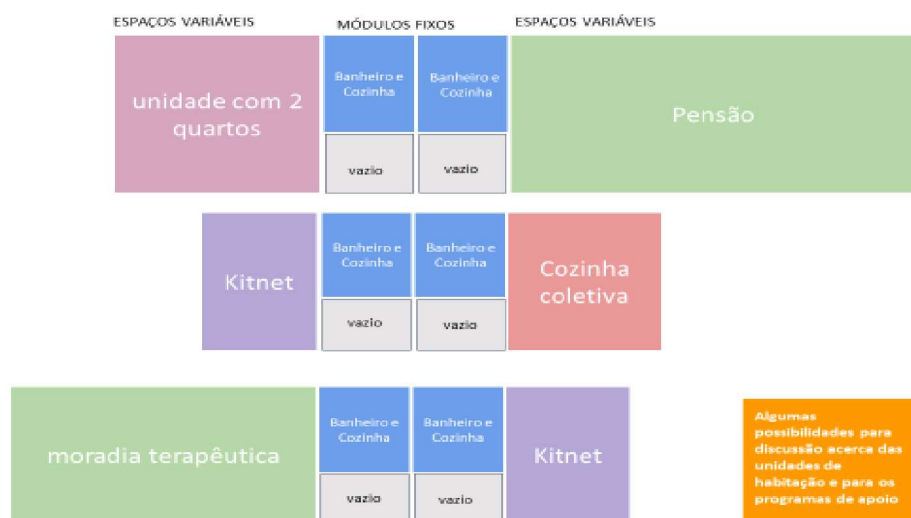
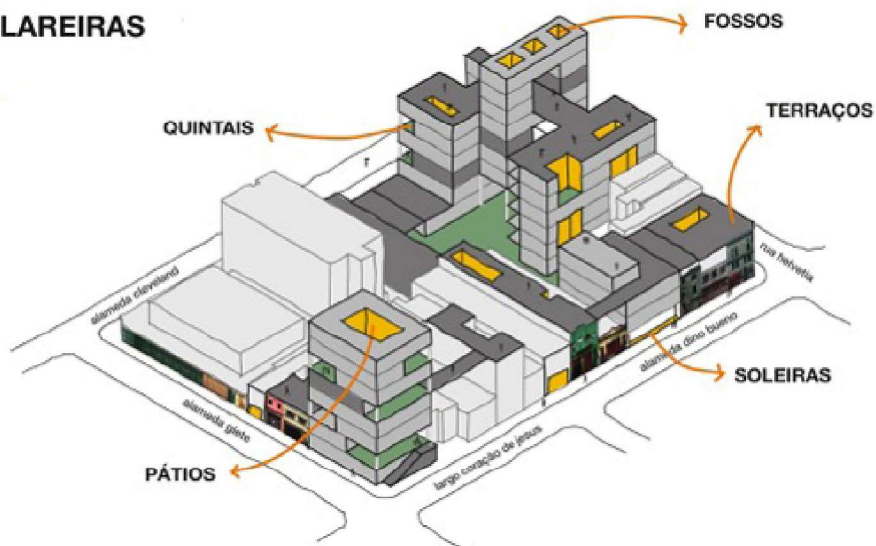
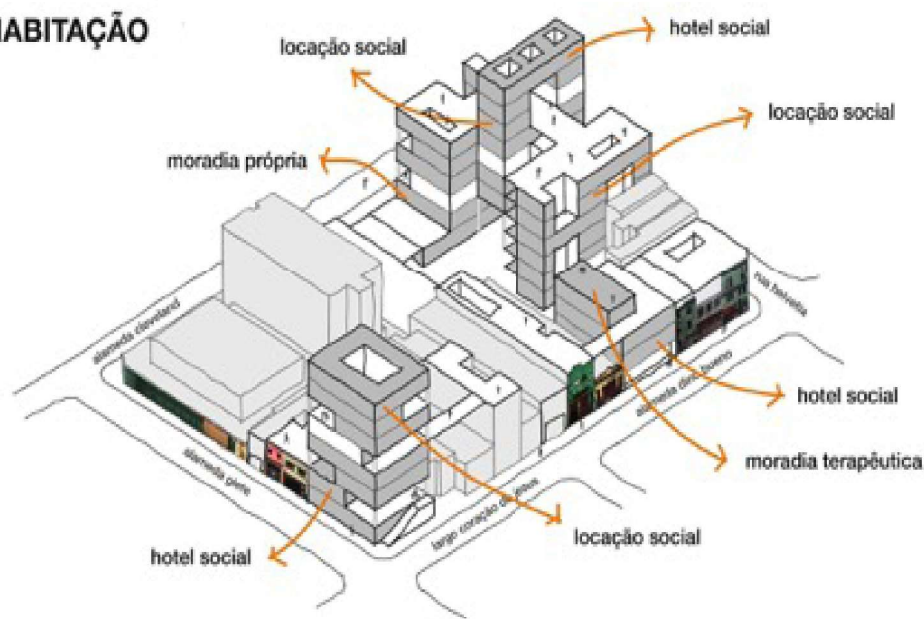


Figura 18: Possibilidades de agenciamentos de espaços a partir do módulo de instalações sanitárias + vazio. Emau Mosaico, 2018.

CLAREIRAS



HABITAÇÃO



USOS COLETIVOS

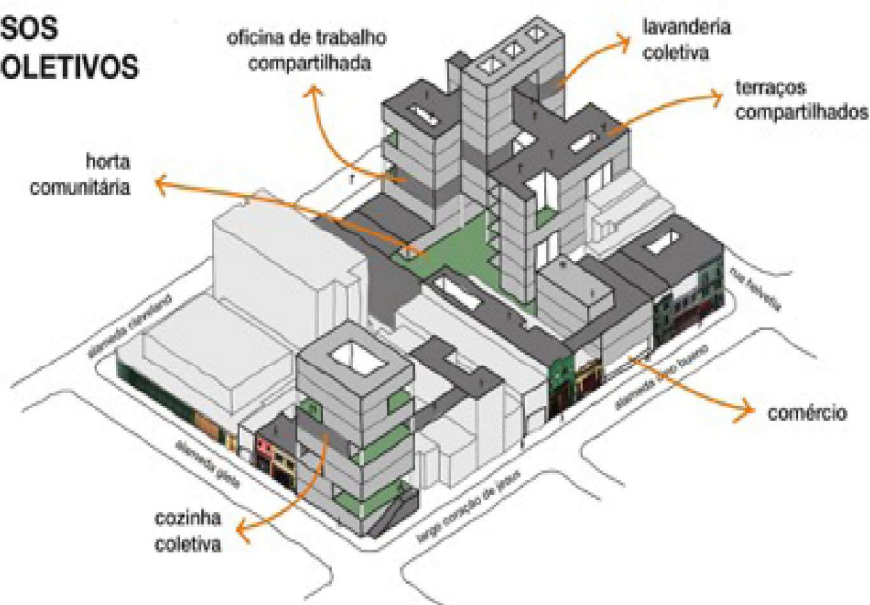


Figura 19: Diretrizes projetuais na escala da quadra. Emau Mosaico, 2018.

O QUE O INSTRUMENTAL DE PROJETO PODE REPRESENTAR (E PROPOR)? UM ENCERRAMENTO QUE CONTINUA

A experiência do projeto como representação caracterizou-nos por muitos anos. Representação de um Brasil moderno em que a habitação social coletiva aparecia – e continua aparecendo – como política compensatória.

Habitação como projeto, esteve – em alguns raros momentos – associada a “fazer cidade” e quase nunca enfrentando suas condições históricas.

Habitação como política pública nasce na terra arrasada, onde todas as contradições são abstraídas (conjuntos do Banco Nacional da Habitação e do Programa Minha Casa Minha Vida e, agora, a PPP de Campos Elíseos, por exemplo), ou como monumento (os exemplares Pedregulho e Gávea, de Affonso Eduardo Reidy e Carmem Portinho), muitos deles nunca finalizados.

Ainda que “teses” sobre o morar e enfrentar a cidade desigual nos interessem, cabe-nos, ainda, a tarefa posta pela crítica dos anos 1960 que, mesmo sendo excessivamente disciplinar, colocou a questão do reconhecimento das estruturas construídas historicamente (ROSSI, 1995) e o papel fundamental de uma disciplina que não tocou, na condição moderna, a cidade real, constituindo engrenagem de um mecanismo operante de reestruturação moderna dos territórios (TAFURI, 1985).

Ainda que nossa questão, a partir de nosso tempo histórico e condições sociais, passe pelo nó da terra (MARICATO, 2011) e pelo patrimonialismo, os projetos de habitação que compõem as políticas públicas são instrumentos claros de um *modus operandi* da disciplina que raramente coloca hipóteses novas e estruturais para o tema do projeto de arquitetura e urbano.

Algumas exceções são referências nessa pauta do território a partir de Milton Santos (1994, p.): “o território pode ser forma, mas o território usado é objeto e ação, sinônimo de espaço humano, espaço habitado [...]”, onde a matriz estruturadora das formulações projetuais passa a ser esse “território usado”.

A experiência do Fórum Mundaréu da Luz/Emau Mosaico tem buscado colocar esse tema em discussão.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, G. C. *Projeto e destino*. 1. ed. 2. imp. São Paulo: Ática, 2001. p. 53.
- FABIANO JR., A. A.; LUZ, V. S. *Mundos e fundos*. Projetos e atos no Fundão do Jardim Ângela. *Arquitextos*, São Paulo, v. 208.04, p. 1-1, 2017.
- FÓRUM MUNDARÉU DA LUZ. Disponível em: <https://mundareudaluz.org/composeliseosvivo/>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- GONÇALVES, A.; MAEDA, M. *IDH e a dinâmica intraurbana na cidade de São Paulo*. In: MARGUTI, B.; COSTA, M.; FAVARÃO, C. (org.). *Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de UDHs e regiões metropolitanas brasileiras*. Livro 2. Brasília: Ipea, 2017. p. 171-191.
- GREGOTTI, V. *Território da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- GRINBERG, D. *Housing in the Netherlands 1900-1940*. Delft: Student Press, 1982.
- KARA-JOSÉ, B. *Políticas culturais e negócios urbanos*. A instrumentalização da cultura na revalorização do centro de São Paulo (1975-2000). São Paulo: Fapesp, Annablume, 2007.
- LIGTELIJN, S. F.; STRAUVEN, F. *Aldo van Eyck: writings*. Amsterdam: SUN Publishers, 2008.

- MALLART, F.; RUI, T. *A cracolândia, um potente conector urbano*. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 1º out. 2015. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/a-cracolandia-um-potente-conector-urbano/>. Acesso em: 7 jun. 2017.
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PANERAI, P.; CASTEX, J.; DEPAULE, J.-C. *Formas urbanas*. A dissolução da quadra. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- PNUD (PROGRAMA DAS AÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). 2017. *Human Development Report 2016: human development for everyone*. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2018.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Nova Luz: veja aqui o passo-a-passo da revitalização cultural*. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/nova-luz-veja-aqui-o-passo-a-passo-da-revitalizacao-cultural/>. Acesso em: 4 jun. 2019.
- RECAMÁN, L. *Arquitetura em tempos difíceis*. In: RUBANO, L. M. (org.). *O terceiro território*. Habitação coletiva e cidade. São Paulo: Vigliecca e Associados, 2015.
- ROLNIK, R.; GONSALES, T. A. *Novos atropelos e ilegalidades da intervenção na "cracolândia"*. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/06/21/novos-atropelos-e-ilegalidades-da-intervencao-na-cracolandia/>. Acesso em: 5 jun. 2019.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental, transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- RUBANO, L. M. (org.). *O terceiro território*. Habitação coletiva e cidade. São Paulo: Vigliecca e Associados, 2015.
- SANTOS, M. *Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial*. *Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 5-20, 1999.
- SANTOS, M. *O retorno do território*. In: SANTOS, M. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- TAFURI, M. *Projecto e utopia*. Lisboa: Presença, 1985.
- VILLAÇA, F. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.